

Impasse no limite de gasto

Orçamento

18 DEZ 1991

O Congresso decidiu lavar as mãos quanto à pretensão do Governo de acabar com o limite de gastos imposto pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Alegando austeridade, o próprio Governo propôs na LDO deste ano uma redução de 10% em relação aos gastos efetuados no ano passado. Agora, porém, a Secretaria Nacional de Planejamento quer revogar a limitação através de uma emenda à LDO. Mas, numa jogada política que acabou agradando às lideranças da oposição e do Governo, a Comissão Mista de Orçamento decidiu não examinar a matéria, criando o impasse sobre o possível estouro nas contas do Governo.

"Precisamos acabar, de uma vez por todas, com essa história de o Governo usar a LDO como lhe convém. E a única maneira de definir esta situação e investir no impasse, para que o Supremo Tribunal Federal liquide a questão", explica o vice-presidente da comissão, deputado Sérgio Gaudenzi (PDT-BA). A saída política contenta também os governistas que apostam que a matéria será remetida ao Tribunal de Contas da União (TCU), que acabará aprovando as contas do Governo, havendo estouro ou não.

A estratégia do PDT, PT e PSDB, que não aceitam a simples revogação dos limites de gastos governamentais, é a de definir a hierarquia da LDO e da lei orçamentária. As esquerdas pretendem que a LDO seja uma lei de diretrizes não apenas para a elaboração do orçamento, como entende o Governo, como também para a execução das despesas autorizadas. "Se o Su-

premo entender diferente, resolveremos o problema através de um projeto de lei complementar, estabelecendo que a LDO é hierarquicamente superior à lei orçamentária", explica Gaudenzi. Ele aposta que, em 1992, o Governo terá que seguir as regras impostas pela LDO.

JORNAL DE BRASÍLIA
Jumbão

A Comissão de Orçamento já apreciou as quatro dezenas de pedidos de créditos adicionais enviados pelo Executivo neste mês. O primeiro projeto aprovado ontem foi justamente o que limita para 31 de outubro o prazo para o envio desse tipo de solicitação do Governo ao Legislativo, no ano que vem, evitando os atropelos de última hora.

Em seguida, foram aprovados dois projetos no valor de Cr\$ 2 bilhões cada um. O primeiro destina-se basicamente a cobrir despesas com o pagamento de pessoal da Radiobrás e da Funai. O segundo, a compra de novos computadores para o Centro de Processamento de Dados do Senado Federal, que ficaria habilitado não só a atender os senadores como também os 503 deputados. O único crédito suplementar rejeitado foi o que as esquerdas apelidaram de "Jumbão", no valor de Cr\$ 300 bilhões, que seriam destinados a vários ministérios. "Mandamos o Jumbão de volta ao hangar", comemorou Gaudenzi. Em vão. Segundo o vice-líder governista na Câmara, Messias Góis (PFL-SE), o Governo pediu o mesmo crédito em dois projetos diferentes e esses recursos estão embutidos em um outro projeto, no valor de Cr\$ 4 trilhões, já aprovado pela comissão.